



O paciente precisa ser o detentor dos próprios dados para transitar em atendimento nos sistemas público e privado de saúde como alternativa ao prontuário eletrônico unificado, sugeriu o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, no segundo dia do 25º Congresso Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde).

O Futuro da Saúde Pós-Pandemia demanda avanços de integração de dados, monitoramento e divulgação de indicadores de qualidade assistencial, incorporação unificada de tecnologias e revisão dos formatos de plano individual e ambulatorial, como relacionou o presidente da Abramge, Renato Casarotti. O evento reuniu autoridades e especialistas do setor de saúde durante dois dias (10 e 11) para dialogar sobre a evolução do sistema.

“Temos que colocar o paciente no centro da discussão de democratização do acesso. O prontuário eletrônico precisa ter quem pague a conta, o custo é muito alto, mas o setor privado precisa avançar. Por que não trazer o beneficiário como detentor desses seus dados? Pode ser uma alternativa para que a gente possa reduzir esses custos”, lançou o presidente da ANS, Paulo Rebello.

O deputado Dr. Luizinho (PP-RJ) citou o Conecte SUS como o início de uma unificação dos sistemas, ao disponibilizar a Carteira Nacional Digital de Vacinação. “O prontuário eletrônico é uma medida que pode vir induzida pela ANS como órgão regulador”, defendeu.

“Precisamos ajudar o cidadão a navegar entre os sistemas (público e privado). O prontuário eletrônico vai ajudar o paciente, sendo acessado pelo SUS e pelo plano ambulatorial. Com dados, teremos maior eficiência na gestão de recursos, o que resulta em preços mais acessíveis”, ponderou Casarotti.

Ex-ministro da Saúde, Nelson Teich lembrou que é preciso desenhar os projetos trabalhando a infraestrutura para recebê-los. “A Covid realçou as dificuldades do sistema. A gente precisa ter uma agência de inteligência. A incorporação e a avaliação de tecnologia precisa ser uma ferramenta”, apontou.

Na mesma direção, Antônio Brito, diretor executivo da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp), destacou a importância dos dados para o setor e ressaltou que o verdadeiro acesso será “uma assistência em todo o ciclo de cuidado focada na dignidade do tratamento dos brasileiros”. A entidade desenvolveu uma plataforma para a divulgação de indicadores com o desempenho de seus associados a cada três meses.

A relevância dessa adesão é destacada por Casarotti: “Estimulamos todos os associados da Abramge a participar dos novos indicadores de qualidade da ANS e da plataforma da Anahp”, reforçou Casarotti.

Sobre a regulamentação definitiva da Telemedicina, o presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima, defendeu o projeto da deputada Adriana Ventura (NOVO-SP) por considerar o mais genérico entre os cinco em debate atualmente. Dessa forma, o detalhamento ficaria para a

legislação infraconstitucional. “Sobre a primeira consulta, acreditamos que a necessidade de atendimento presencial deva ser uma decisão do médico, assim como sua remuneração”, opinou.

Desde o início da pandemia, a Abramge está alinhada aos protocolos divulgados pelas autoridades de saúde a favor da segurança clínica da população e do controle eficaz da Covid-19. Agora, durante o 25º Congresso Abramge, a entidade manteve seu compromisso com os órgãos oficiais e estipulou limite de inscrições, respeitando a capacidade do local e o distanciamento social. O evento conta com testagem PCR para todos os participantes e ambiente próprio para a realização de teleconsultas, além de consultório reservado com profissionais de saúde.

Fonte: Agência Fato Relevante, em 11.11.2021